

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA Nº 2025.0612.00001-8

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO E ADEQUAÇÃO DE LIMITES DO PARQUE ESTADUAL DE TERRA RONCA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS E GUARANI DE GOIÁS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
CGTER – Coordenação Geral de Consolidação Territorial
CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
DCOL – Divisão de Consolidação de Limites
DISAT – Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs
EME's – Equipamentos de medições eletrônicas
GNSS – Global Navigation Satellite System
GPS – Global Positioning System
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
NTGIR – Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais
PEC – Padrão de Exatidão Cartográfica
PETER – Parque Estadual de Terra Ronca
RT – Responsabilidade Técnica
SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SIG – Sistema de Informações Geográficas
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRFA – Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
UCs – Unidades de Conservação
UTM – Universal Transversa de Mercator

1. OBJETIVO

Contratação de serviços técnicos especializados de Pessoa Jurídica, no âmbito do Programa Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos biomas Amazônia e Cerrado - Copaíbas, para o georreferenciamento dos limites do Parque Estadual de Terra Ronca, localizado no Estado de Goiás, com exatidão e precisão posicional da localização, da dimensão e dos limites da referida Unidade de Conservação. Os serviços topográficos e de georreferenciamento incluem: medição, posicionamento de vértices, utilização de sensoriamento remoto, confecção de plantas e mapas, memoriais descritivos, planilha de dados georreferenciados, além de outros itens que compõem o rol de exigências legais para que a unidade de conservação possua seus limites definidos com precisão.

2. ANTECEDENTES E CONTEXTO

O Programa Copaíbas trata-se de uma iniciativa de conservação ambiental, implementada com a contribuição financeira da *Norwegian Agency for Development Cooperations* - NORAD (Agência Norueguesa para Desenvolvimento e Cooperações), por meio do *Norwegian Ministry of Foreign Affairs* - MFA (Ministério das Relações Exteriores da Noruega), com gestão pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio. O objetivo geral do Programa é contribuir para a redução da taxa de desmatamento e a consequente emissão de Gases de Efeito Estufa por meio de estratégias que promovam a conservação de florestas e áreas de vegetação nativa na Amazônia e Cerrado, contribuindo também para melhorar as condições de vida de populações tradicionais e povos indígenas.

2.1. Parque Estadual de Terra Ronca

Criado em 07 de julho de 1989 o Parque Estadual de Terra Ronca é uma unidade de conservação localizada nos municípios de São Domingos e Guarani de Goiás no território Nordeste Goiano. É considerado o maior parque estadual do Estado de Goiás com aproximadamente 57 mil hectares, sendo conhecido por suas formações de cavernas e relevância para a conservação da biodiversidade na região. Outra categoria de UC mais ampla, que engloba o PETER é a Reserva da Biosfera do Bioma Cerrado, sendo uma área prioritária para a conservação e está inserido no contexto do Corredor Ecológico Paraná-Pireneus.

O Parque Estadual de Terra Ronca - PETER (Figura 1), - foi criado por meio da Lei Estadual nº 10.879, datada de 7 de julho de 1989, ocupando uma área de aproximadamente 57 mil hectares. Posteriormente, em 1996, o PETER teve sua área e limites definidos pelo Decreto nº 4.700. Em 2013, o PETER foi declarado de utilidade pública pelo Decreto nº 7.996, que também incluiu ajustes no seu contorno. O Decreto foi renovado em 2018 pelo Decreto nº

9.307. E, atualmente, está vigente o Decreto nº 10.411, de 23 de fevereiro de 2024, que declara o parque de interesse social, para fins de desapropriação.

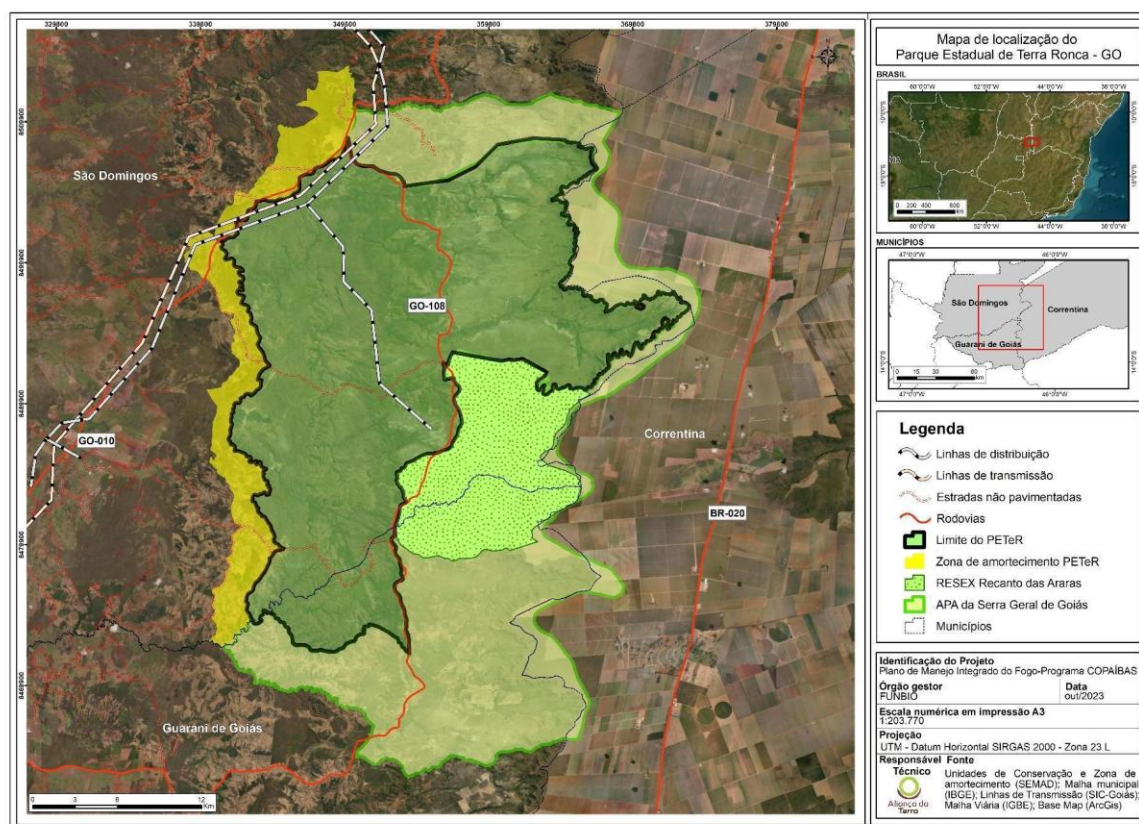


Figura 1: Mapa do PETER.

O PETER é uma Unidade de Conservação Integral de acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). As UCs do grupo de Proteção Integral são aquelas que se caracterizam por manter os ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo-se apenas o uso indireto dos seus atributos naturais. O Estado de Goiás recepcionou o SNUC na legislação estadual por meio da Lei nº 14.247/2002, que criou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de Goiás (SEUC), cujo texto fundamenta as ações de criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação desse Estado.

Ficha técnica:

Parque Estadual de Terra Ronca - PETeR			
Órgão Gestor	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD		
Endereço da sede	Zona Rural, à 13 Km do Povoado de São João Evangelista, através da estrada de terra que liga o povoado até o Povoado da Piteira, município de São Domingos-GO		
Telefone	(62) 3201-5295 * na UC não funciona telefone celular		
E-mail	wesley.andrade@goias.gov.br / peter.meioambiente@goias.gov.br		
Home page	Parque Estadual de Terra Ronca		
Área da UC (ha)	57.018,00		
Perímetro da UC (m)	174.000,00		
Municípios de abrangência	São Domingos e Guarani de Goiás		
Estado de abrangência	Goiás		
Coordenadas geográficas	Norte:	13°29'03" S	46°23'06" Wgr
	Sul:	13°48'53" S	6°20'45" Wgr
	Leste:	13°35'29" S	46°10'00" Wgr
	Oeste:	13°33'04" S	6°28'01" Wgr
Data e número de decreto/ato legal de criação e de alteração	Criado pela Lei Nº 10.879 , de 07 de julho de 1989; delimitação alterada pelo Decreto Nº 7.996 , de 13 de setembro de 2013		
Categoria de Manejo da UC	Proteção Integral		
Bioma	Cerrado		
Povos e comunidades tradicionais que têm relação com o território da UC	Há comunidades tradicionais extrativistas dentro e no entorno		
Situação Fundiária	62% regularizado		
Atividades Conflitantes	Incêndios florestais; situação fundiária irregular; permanência de população residente; presença de gado, atividades agropastoris, extração de madeira e turismo desordenado.		

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Da Unidade de Conservação abrangida

O Parque Estadual de Terra Ronca, foi criado pelo Decreto Estadual nº 10.879, de 07 de julho de 1989 e possui atualmente uma área total aproximada de 57 mil hectares. Está localizado no município de São Domingos e Guarani de Goiás.

A área a ser georreferenciada possui uma área estimada de 57 mil hectares, sendo que o perímetro total a ser georreferenciado é de aproximadamente 174 Km, abrangendo os municípios de São Domingo e Guarani de Goiás. Essa estimativa de perímetro se refere ao cálculo realizado por meio de ferramentas de análise espacial do limite da unidade sobre a base cartográfica definida no decreto de criação da mesma; assim, pode ter variação com a realidade encontrada em campo conforme a escala desta base. A empresa pode realizar o refinamento desse limite com base em imagens de melhor resolução espacial para atingir a escala exigida na NTGIR vigente, com vistas à elaboração do planejamento logístico e orçamentário. Sendo assim, qualquer acréscimo de perímetro decorrente dessa variação não justifica a seleção de aditivos financeiros ou de prazo.

3.2. Composição das variáveis para formulação da proposta

A proposta deve prever os seguintes itens:

- ✓ Equipe;
- ✓ Encargos Sociais, Tributários, Fiscais, Previdenciários e Securitários;
- ✓ Veículos (como por exemplo, aluguel ou veículo próprio do proponente);
- ✓ Combustível;
- ✓ Custos de hospedagem, deslocamento, viagens e alimentação;
- ✓ Ferramentas e Equipamentos de Campo;
- ✓ Equipamentos de Escritório;
- ✓ Material de Consumo;
- ✓ Instalações;
- ✓ Benefícios e Despesas Indiretas;
- ✓ Quaisquer outros insumos necessários a execução do objeto contratado.

3.3. Composição e dimensionamento das equipes

A equipe mínima da CONTRATADA deverá prever os seguintes profissionais: Coordenador(a) Geral do projeto; profissional de SIG/Geoprocessamento; Engenheiro(a) Agrimensor/Cartógrafo(a); Auxiliar de Campo (topografia/geomensura) e eventuais outros especialistas/equipe técnica. As experiências exigidas são apresentadas no item 10.2.

A qualificação das equipes técnicas indicadas na proposta apresentada pela CONTRATADA deverá ser comprovada por meio da apresentação dos currículos de cada profissional e da relação de projetos similares que comprovem experiência no objeto desta especificação. A CONTRATADA deverá apresentar na proposta técnica a relação de atividades que estarão sob responsabilidade de cada profissional de sua equipe.

3.4. Metodologia a ser observada

Conforme descrito anteriormente, este produto trata-se do georreferenciamento e redefinição dos limites geográficos da unidade de conservação. A proposta visa a adequação dos limites do parque no sentido de corrigir distorções decorrentes da baixa densidade de pontos do memorial descritivo em vigente. Para atingir tal objetivo o trabalho contará com as seguintes etapas:

- Levantamento e análise de dados e informações preexistentes sobre a UC, como por exemplo revisão dos limites anteriormente adotados, etc. A elaboração de mapas, plantas e eventuais outros materiais que concorram para o entendimento dos limites históricos, físicos e geográficos da UC serão avaliados durante o desenvolvimento dos trabalhos e elaborados, caso necessário;
- Confrontação do limite com as propriedades já cadastradas para regularização fundiária;
- Georreferenciamento de alta precisão do limite da Unidade de Conservação, a partir da definição das melhores ferramentas existentes, buscando otimização dos trabalhos e dos recursos financeiros;
- Ciclo de reuniões de alinhamento com a gestão do PETER/SEMAD visando construção de diretrizes para a demarcação do limite da UC;
- Elaboração de novo memorial descritivo para corrigir distorções decorrentes de baixa densidade de pontos no memorial descritivo vigente.

Assim, considerado o exposto, o objetivo deste produto é a geração de um polígono georreferenciado com a determinação da localização, da dimensão (área em hectares) e do perímetro (em quilômetros) da unidade, a sua orientação e a sua amarração a pontos materializados no terreno, conforme uma rede de referência cadastral, ou, no caso de sua inexistência, a pontos notáveis e estáveis nas suas imediações.

O produto compreenderá, além do memorial descritivo e do polígono georreferenciado (formato *shapefile* e *kml*), de planta planimétrica que proporcione uma visão detalhada do parque, com seus limites. Todos os produtos deverão ser elaborados e assinados por profissional legalmente habilitado, com apresentação de Anotação de Responsabilidade de Técnica devidamente recolhida e registrada.

Ressalta-se que todos os documentos devem ser elaborados considerando as melhores práticas de sua área de abrangência, bem como as normativas e legislação existente, devendo todos esses parâmetros serem alinhados junto ao PETER/SEMAD antes de sua elaboração e entrega.

O arquivo *shapefile* do georreferenciamento irá compor o conjunto de dados do SIGA-Goiás (Sistema de Informações Geográficas Ambientais do Estado de Goiás), que se encontra referenciado ao Datum oficial do Sistema Geodésico Brasileiro e Cartográfico Nacional, definido pela Resolução IBGE nº 01/2015 como SIRGAS 2000 (**EPSG 4674**). O padrão universal de codificação de caracteres adotado, por sua vez, é o **UTF-8** (8-bit Unicode Transformation Format).

4. ETAPAS DE EXECUÇÃO, ATIVIDADES E PRODUTOS RELACIONADOS

4.1. ETAPA 1 – PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

4.1.1. Atividade 1: Reunião de planejamento e plano de trabalho

Será realizada uma reunião preliminar (virtual), após a assinatura do contrato, para orientação e definição de pontos específicos para a execução dos serviços contratados e avaliação das datas das atividades de reconhecimento de campo.

A equipe do PETER/SEMAD apresentará à CONTRATADA a unidade de conservação e seus documentos legais relacionados, bem como os limites que devem ser georreferenciados, as análises técnicas já realizadas e a poligonal atual da Unidade, elaborada a partir de cartas topográficas, assim como outros documentos e arquivos que possam orientar e subsidiar a execução do georreferenciamento dos limites da UC.

Na reunião preliminar, a contratada deve apresentar e discutir a metodologia, técnicas e métodos de todas as etapas e fases do trabalho. O Plano de Trabalho deve espelhar a forma de trabalhar da Contratada. O cronograma deve conter todas as atividades a serem realizadas, inclusive aquelas que serão desenvolvidas em conjunto com o Órgão Gestor, indicando responsáveis, datas, meios, envolvidos e providências. O Plano de Trabalho deve incluir um cronograma de execução das atividades, não se restringindo às etapas indicadas na presente Especificação.

O Plano de Trabalho deverá conter de forma detalhada a estratégia de execução dos trabalhos pela Contratada.

Produtos Etapa 1:

- a) Plano de Trabalho preliminar e cronograma geral;

4.2. ETAPA 2: RECONHECIMENTO DE CAMPO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

4.2.1. Atividade 1: Reconhecimento de campo

O reconhecimento de campo será realizado no Parque Estadual de Terra Ronca, com duração estimada de quatro dias completos, podendo ser adequada a permitir o reconhecimento adequado da área. A atividade tem como objetivo subsidiar a execução dos trabalhos de campo e a elaboração do relatório de reconhecimento de campo. Considerando as características da região e a extensão das áreas a serem percorridas — aproximadamente 500 a 600 km —, será necessário o uso de veículo com tração 4x4.

A CONTRATADA terá acesso à área da unidade de conservação com autorização da sua gerência. O responsável técnico pelo levantamento, juntamente com a equipe do PETER/SEMAD, deverá reconhecer os limites a serem medidos e georreferenciados. Ao término do reconhecimento de campo, a CONTRATADA deve produzir o relatório de reconhecimento de campo.

A visita deverá ocorrer conforme disponibilidade da equipe do PETER/SEMAD e da empresa contratada, a ser definida no plano de trabalho, e pode ser realizada a qualquer momento anterior a entrega do produto final desta etapa. O PETER disponibilizará 1 (um) servidor para acompanhar a equipe da empresa durante toda a visita.

O Plano de Trabalho final deverá conter planejamento de execução dos trabalhos em campo e de escritório, incluindo cronograma, previsão de recursos utilizados (mão de obra e equipamentos a serem utilizados), previsão de áreas de supressão de vegetação, e vértices de difícil acesso.

Os referidos documentos (Relatório de Campo e Plano de Trabalho) deverão ser encaminhados à equipe do PETER/SEMAD, protocolados em processo SEI, para que sejam avaliados num prazo de 15 (quinze) dias.

Após a análise, será realizada uma reunião virtual, a qual terá como participantes a CONTRATADA e equipe de planejamento, cujo objetivo é a avaliação do relatório de campo e do Plano de trabalho final. Após a reunião, a empresa terá 15 (quinze) dias para entregar Plano de Trabalho final com as devidas alterações solicitadas pela equipe do PETER/SEMAD, se necessário. A memória/ata de todas as reuniões será de responsabilidade da CONTRATADA.

A aprovação do relatório de reconhecimento de campo é condicionante para o início das atividades de campo. O planejamento inicial apresentado neste relatório poderá sofrer alterações, conforme sugestões apontadas pelos participantes da reunião.

Produtos Etapa 2:

- a) Relatório de reconhecimento de campo;
- b) Plano de trabalho final.

4.3. ETAPA 3: LEVANTAMENTO, GEORREFERENCIAMENTO E MATERIALIZAÇÃO DOS VÉRTICES DEFINIDORES DOS LIMITES DA UC

4.3.1. Atividade 1: Levantamento, georreferenciamento e materialização dos vértices

As atividades desse item contemplarão:

- ✓ Identificação dos limites;
- ✓ Transporte de coordenadas;
- ✓ Posicionamento e codificação de marcos;
- ✓ Rastreamento com receptor GNSS;
- ✓ Implantação de marcos testemunho;
- ✓ Implantação de marcos de apoio, se necessário;
- ✓ Abertura de picadas, se necessário; e;
- ✓ Coleta de dados em campo, conforme previsto na NTGIR (2022) vigente.

O levantamento e a determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites deverão ser conduzidos conforme a NTGIR vigente. Para tal, a CONTRATADA deve produzir, organizar e sistematizar os dados e materiais oficiais disponíveis sobre a área de interesse. É muito importante que sejam estudados previamente os atos legais de criação da unidade de conservação.

A CONTRATADA deverá, por meio do seu responsável técnico, optar por usar os métodos definidos na NTGIR vigente, selecionando o método apropriado para cada tipo de limite e condições de acessibilidade e/ou restrição de coleta de dados em função de obstáculos físicos.

Visando garantir a economicidade dos procedimentos de campo, e em situações específicas onde se observe necessidade de decisão ou intervenção com objetivo de dirimir dúvidas quanto aos limites, o PETER/SEMAD, assim que comunicado, deverá repassar instrução operacional para a CONTRATADA, orientando como proceder.

A supressão de vegetação sofrerá limitações técnicas (largura da picada, tamanho da clareira, espécies protegidas de corte, etc.) que serão devidamente pactuadas em reuniões de alinhamento preliminar.

Para os fins da Lei Florestal, consideram-se atividade eventual ou de baixo impacto ambiental a abertura de picada para fins de reconhecimento e levantamentos técnicos e científicos (Art. 3, Inciso III, alínea k). E, portanto, ficam dispensadas de autorização do órgão ambiental as intervenções sobre a cobertura vegetal como a abertura de picadas e a realização de podas que não acarretem a morte do indivíduo (Art. 65, Inciso VI). Nesta especificação considera-se picada a abertura utilizada como acesso que permita caminhar ou adentrar em local onde a vegetação impeça a livre circulação de pessoas portando ferramentas ou instrumentos de pequeno porte.

A aquisição, obtenção e georreferenciamento de dados de sensoriamento remoto, bases cartográficas, etc., serão de responsabilidade da CONTRATADA. Todas as bases, imagens, ortofotos, etc. utilizadas para a geração destes vértices devem ser entregues juntamente com a peça técnica, repassando o direito de uso das imagens ao PETER/SEMAD.

A CONTRATADA será responsável pela aquisição e/ou confecção dos marcos quantos forem necessários. Todos os custos de transporte, armazenamento e instalação dos marcos também serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Conforme NTGIR vigente, sendo encontrado um marco pré-existente no vértice a ser materializado, a empresa poderá aproveitá-lo para realização do serviço de levantamento. No caso da materialização dos marcos coincidentes, a empresa poderá reocupá-los, devendo relatar o fato ao PETER/SEMAD e registrar nos documentos técnicos que o marco já implantado foi utilizado na delimitação em questão.

Produto Etapa 3:

- A) Relatório de campo do levantamento e georreferenciamento dos vértices, e seus respectivos materiais cartográficos.

4.4. ETAPA 4: PROCESSAMENTO DOS DADOS

4.4.1. Atividade 1 – Processamento dos dados e entrega do levantamento e da materialização dos vértices

Os arquivos de observáveis (arquivos nativos e rinex, dos vértices medidos com metodologia GNSS e/ou as planilhas de cálculo topográfico dos vértices medidos por métodos clássicos) deverão ser processados, ajustados e convertidos ao plano topográfico local conforme especificado na NTGIR vigente.

No caso de levantamentos executados por metodologia GNSS, a CONTRATADA deve ater-se à compatibilidade entre o *software* de pós-processamento, metodologia e receptores usados no levantamento.

Após serem determinadas as coordenadas e as suas respectivas precisões, deverá ser elaborada uma tabela conforme definido na NTGIR vigente. Esta servirá para validação do polígono, constituindo a base ou origem para a produção das demais peças técnicas elaboradas pela CONTRATADA, cálculo de área e perímetro da UC, e geração do memorial descritivo.

A contratada deverá apresentar os produtos do levantamento e georreferenciamento dos vértices dos limites do Parque Estadual de Terra Ronca em conformidade com Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais vigente (INCRA, 2022).

Produtos ETAPA 4:

- a) Relatório Técnico Final, referente a todos os itens contratados, definindo de forma clara e detalhada, todo o procedimento, metodologia e técnicas utilizadas para a realização dos trabalhos de campo e de escritório. Deverá ser entregue em arquivo digital no formato DOC e PDF, assinado pelo responsável técnico, incluindo Relatórios de levantamento e materialização (com as devidas monografias de marcos); Relatório Fotográfico contendo as fotos georreferenciadas de todos os vértices materializados;
- b) Planilha de dados cartográficos, formato XLS (Excel), formatada conforme a NTGIR vigente;
- c) Memorial descritivo em formato DOC e PDF, assinado pelo responsável técnico, conforme modelo da NTGIR vigente;
- d) Mapa dos limites da unidade de conservação, área e perímetro, em versão digital, assinado pelo responsável técnico, conforme determinado na NTGIR vigente;
- e) Arquivo vetorial, formato *shapefile* com polilinhas fechadas (polígonos), para a unidade de conservação objeto deste projeto básico, e arquivo vetorial formato *shapefile* (pontos) dos vértices devidamente identificados, bem como de pontos de marcos e polilinhas abertas do perímetro de picadas, quando realizadas. Os arquivos deverão ser elaborados em coordenadas geográficas e referenciadas ao Datum oficial do Sistema Geodésico Brasileiro e do Sistema Cartográfico Nacional, estabelecido conforme Resolução IBGE nº 01 de 2015 como SIRGAS 2000.
- f) Arquivos digitais com os dados brutos nativos e no formato rinex de observações obtidas por método GNSS e planilha de cálculos de levantamento por método clássico (quando utilizada), assim como relatórios resultantes de processamentos para todo item contratado, conforme especificado;
- g) Todas as bases cartográficas, imagens de satélite e ortofotos utilizadas para geração dos vértices virtuais;
- h) ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) individualizada por produto e por profissional conforme cada entrega.

Todos os arquivos digitais citados nas alíneas acima, bem como outros não citados nessa especificação, mas previstos em Norma vigente, deverão ser entregues em 02 (duas) cópias em mídia digital (pendrive), contendo estrutura de pastas baseada na NTGIR.

5. DA REVISÃO DO MATERIAL A SER ENTREGUE

Todo o material utilizado para determinação das informações posicionais deve ser arquivado e mantido sob a guarda do credenciado. Também deve ser disponibilizado cópia dos arquivos ao PETER/SEMAD, contratante dos serviços, e incluídos no processo SEI o shapefile e memorial descritivo dos limites.

As planilhas de dados cartográficos (planilhas - ods), assim como todos os demais documentos presentes na peça técnica, devem obrigatoriamente passar por um processo de conferência e revisão técnica, a ser realizado pelo Coordenador Geral do processo de confecção dos mesmos, antes da entrega definitiva. A revisão deve, no mínimo, atender as especificações da NTGIR vigente, não descartando a possibilidade de aprimoramento por parte da CONTRATADA.

O Coordenador Geral deverá realizar a supervisão da qualidade técnica dos serviços a serem apresentados ao PETER/SEMAD, antecipando a correção de não conformidades nos trabalhos, procurando evitar a devolução por parte da fiscalização e fará a observação dos dados plotados nos mapas gerais, verificação do correto fechamento do polígono, verificação do preenchimento das planilhas de dados georreferenciados, possíveis sobreposições, precisão posicional das coordenadas, antes da entrega ao PETER/SEMAD.

6. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA E ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS

Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão ocorrer segundo as diretrizes contidas neste instrumento. Deverão ser observadas as adequações que se fizerem necessárias, apresentadas pela equipe técnica de acompanhamento e fiscalização, sem que haja acréscimos de tarefas que impliquem no incremento do valor global dos serviços estabelecidos no CONTRATO.

A equipe de planejamento será composta pela equipe de servidores do PETER/SEMAD, incluindo UC, Regional e DIUC, conforme acordado em reunião de planejamento.

O PETER/SEMAD se reserva ao direito de, com uma antecedência mínima de 72h (setenta e duas horas), marcar reuniões para acompanhamento do andamento do trabalho e produtos, devendo a CONTRATADA colocar todos os elementos existentes e em elaboração à disposição da CONTRATANTE. Nesses casos a reunião poderá se dar por videoconferência ou outra forma de telecomunicação que não represente ônus à CONTRATADA, exceto em situações em que

a presença de um representante da CONTRATADA, definida em comum acordo entre as partes, se faça essencial para a resolução da demanda geradora da reunião.

Toda a comunicação entre o PETER/SEMAD e a CONTRATADA se dará por meios oficiais, preferencialmente e-mail e/ou processo SEI, quando necessário, devendo haver a confirmação do recebimento do mesmo, caracterizando sua validade. Caso necessário, a equipe técnica de planejamento poderá enviar técnicos para fiscalização periódica dos trabalhos em campo.

Os servidores do PETER/SEMAD, responsáveis pelo acompanhamento da execução dos serviços estarão revestidos de poderes para recusar ou sustar serviços que não tenham sido executados de acordo com as normas e especificações exigidas por esta especificação e normas técnicas, que será parte integrante e complementar do contrato a ser firmado com a empresa vencedora.

Não deverão ser levadas em consideração por nenhuma das partes quaisquer reclamações decorrentes de entendimentos meramente verbais. Os casos omissos serão avaliados pelo PETER/SEMAD, devendo sempre informar previamente a decisão ao CONTRATANTE.

7. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Os serviços descritos nesta especificação serão desempenhados pela Contratada no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de assinatura do contrato com o Funbio, o qual possuirá vigência total de até 240 (duzentos e quarenta) dias.

7.1. Do prazo máximo para início dos serviços.

O prazo máximo para início do serviço será de 15 (quinze) dias a contar da data de recebimento do contrato assinado pelo representante legal da CONTRATADA e Contratante.

7.2. Da prorrogação dos prazos

A CONTRATADA somente poderá pedir prorrogação do prazo quando ocorrer interrupção dos trabalhos por fator oriundo da administração do PETER/SEMAD, por motivo de força maior ou casos fortuitos, que possam caracterizar impedimentos absolutos para o cumprimento das obrigações assumidas ou, ainda, constitua obstáculos irremovíveis para a execução dos trabalhos, caracterizados pela imprevisibilidade de seus efeitos. Não se incluem entre os casos fortuitos os riscos próprios dos trabalhos inerentes a esta Especificação. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo CONTRATANTE.

8.3. Do cronograma

A forma de remuneração dos serviços é por preço global, sendo que o desembolso será efetuado após a apresentação e aprovação dos produtos relacionados a serem pagos.

Os prazos de entrega e aprovação dos produtos estão na Tabela 1 abaixo. Havendo necessidades de ajustes, a CONTRATADA deverá atender às recomendações solicitadas para o aprimoramento e a melhoria do produto num prazo máximo de até 15 dias, a depender da complexidade do produto, após o recebimento das recomendações solicitadas. O pagamento do produto será feito após a aprovação da versão final pelo PETER/SEMAD, seguindo os prazos de pagamento da CONTRATANTE.

Caso o produto não seja entregue conforme o estabelecido nesta especificação e no plano de trabalho, o pagamento da parcela referente ao produto fica bloqueada até a avaliação das alterações/correções executadas, observado o prazo de análise do respectivo produto.

O prazo máximo para a execução dos serviços pela CONTRATADA é de 8 meses (240 dias) a partir da assinatura do contrato. Os prazos por produto e forma de pagamento são descritos na Tabela 1 a seguir.

Os serviços descritos nesta especificação serão desempenhados pela Contratada no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de assinatura do contrato com o Funbio, o qual possuirá vigência total de até 240 (duzentos e quarenta) dias.

Os pagamentos serão vinculados ao alcance dos resultados (cumprimento das etapas e entrega dos produtos previstos), conforme cronograma a seguir:

Tabela 1: Produtos, prazos e formas de pagamento

Produto	Prazos para entrega em dias corridos a partir do início do contrato	Prazos para análise do órgão gestor em dias corridos	Pagamento
Produtos Etapa 1 a) Plano de Trabalho preliminar e cronograma geral;	15 dias	15	15%
Produtos Etapa 2 a) Plano de Trabalho final; b) Relatório de reconhecimento de campo da unidade de conservação;	45 dias	15	25%
Produtos Etapa 3 a) Relatório de campo do levantamento e georreferenciamento dos vértices, arquivos preliminares do limite;	90 dias	15	25%

Produtos Etapa 4			
a) Relatório Técnico Final, e demais produtos complementares definidos no item 4.4.1, Mapas, Memoriais Descritivos devidamente assinados com ART. Físicos e digitais	180 dias	15	35%

Prazo contratual total: 240 dias

O contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, com recursos do Programa COPAIBAS, após a aprovação desta Especificação pela Unidade de Coordenação do Programa.

Devem estar inclusos no valor da proposta a remuneração dos serviços prestados (pessoal, logística, materiais, etc.), bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

8. DA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os produtos deverão ser entregues em idioma português brasileiro, revisados de acordo com a gramática vigente. A formatação dos produtos entregues deverá ser baseada nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) ou outras normas específicas, conforme cada caso, assim como deverá seguir às orientações emitidas pela Equipe de Planejamento. Todos os produtos finais deverão ser apresentados em capa padrão e diagramados.

Imagens orbitais e/ou aéreas, georreferenciadas e ortorretificadas deverão ser apresentadas em formato de arquivo compactado (*tiff, jpeg, etc.*), conforme o caso.

Versões preliminares devem vir com marca d'água que indique esse *status*.

A versão final de todos os produtos deverá ser entregue em formato digital, cujo armazenamento é de responsabilidade da Contratada, o que também se aplica aos arquivos de apoio e às versões preliminares. Por arquivos de apoio, entende-se mapas, imagens de satélite, dados vetoriais, textos, tabelas e planilhas, croquis e desenhos, fotos, vídeos, etc.

Todos os aplicativos utilizados, bem como as autorias, créditos institucionais, datas e locais de publicação devem aparecer de forma clara nos arquivos eletrônicos, de forma que os nomes dos autores apareçam separados dos nomes das instituições. O modelo dos créditos institucionais será fornecido pela equipe de planejamento da SEMAD-GO, de acordo com as orientações da Assessoria de Comunicação e do FUNBIO.

A Contratada deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o Funbio, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br, com cópia para copaibas@funbio.org.br),

devidamente aprovados pela equipe do PETER/SEMAD. O contrato será celebrado com o Funbio com recursos do Programas COPAÍBAS e o pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, da nota fiscal e do Termo de Recebimento e Aceite – TRA. Trata-se do documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com o solicitado.

Os produtos devem ser entregues à Equipe de Planejamento, que realizará a avaliação e aprovação. Caso os produtos não se apresentem satisfatórios para a aprovação pela Equipe de Planejamento, a Contratada deverá proceder às alterações até que os documentos atendam ao solicitado, para então serem aprovados.

9. INSUMOS NECESSÁRIOS, RESPONSABILIDADES E PREMISSAS

9.1. Caberá à Contratada:

- ✓ Adquirir a autorização do Órgão Gestor da UC para o desenvolvimento das atividades previstas de ocorrerem na área, assim como as demais autorizações, certidões, registros ou documentos equivalentes porventura necessários à execução dos trabalhos desta especificação, nos casos em que for necessário;
- ✓ Utilizar sua própria equipe técnica, material e local de trabalho, fornecendo os insumos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços descritos nesta especificação, tais como computadores, equipamento GNSS, *softwares* de SIG, serviço de armazenamento e compartilhamento em nuvem, sistema de videoconferência e suíte de escritório;
- ✓ Custear as despesas relacionadas a honorários, encargos sociais e trabalhistas de sua equipe;
- ✓ Custear as despesas de sua equipe nas atividades presenciais tais como reuniões, reconhecimento de campo e oficinas, incluindo custos relacionados a deslocamento de ida e retorno (passagens, veículos, combustível), hospedagem, alimentação e outros;
- ✓ Organizar, mobilizar e custear alimentação das reuniões com atores locais, comunidades tradicionais e conselhos;
- ✓ Custear as despesas de diagramação de documentos, tais como mapas, textos, relatórios, etc.;
- ✓ Elaborar atas de todas as reuniões realizadas, com as suas respectivas decisões e encaminhamentos;
- ✓ Prover recursos e materiais necessários para a execução das atividades presenciais (reuniões de apresentação dos trabalhos a serem realizados para Conselho da UC, moradores do entorno, comunidades, etc.), tais como notebooks, tarjetas, *flip-charts*, folhas, apontador laser, pincéis e cartolinas, equipamentos de projeção, etc.;

- ✓ Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do contrato em que a Equipe de Planejamento verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços, obedecendo aos prazos estipulados em cronograma constante no Plano de Trabalho e a vigência contratual.
- ✓ Executar os serviços conforme especificações desta Especificação, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas em sua proposta de forma a atender a execução plena e satisfatória dentro das especificações das normas técnicas, legislação e desta especificação;
- ✓ Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- ✓ Assumir integral responsabilidade pelo cumprimento das cláusulas e condições contratuais, assim como pela execução plena e satisfatória dos serviços, com estrita observância dos projetos e especificações, nos termos da legislação vigente, respondendo perante o PETER/SEMAD, e a terceiros pela cobertura dos riscos de acidentes de trabalho de seus empregados, prepostos ou contratados, bem como todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços.
- ✓ Fornecer os equipamentos e materiais indispensáveis à realização dos serviços objeto desta Especificação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pelo seu transporte para o local de trabalho, por sua conservação e utilização, não podendo justificar atraso na conclusão dos serviços em virtude de deficiência de tais equipamentos ou materiais.
- ✓ Manter presente nas áreas de atuação enquanto perdurarem os trabalhos, no mínimo, 01 (um) encarregado dos serviços de campo que a representará perante a equipe de acompanhamento e fiscalização do PETER/SEMAD, o qual deverá fornecer cronogramas detalhados das execuções dos trabalhos, inclusive com a posição das frentes de serviço, previsão de início e término das tarefas para cada trecho, atualizando-os sempre que necessário.
- ✓ Consentir e apoiar a fiscalização técnica do PETER/SEMAD, para o fiel cumprimento de sua missão, durante a execução dos serviços, fornecendo os relatórios de resultados requisitados, informando as decisões à CONTRATANTE;
- ✓ Permitir a fiscalização do PETER/SEMAD, que poderá incluir representantes das propriedades afetadas, a inspeção nos locais de trabalho, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados;

- ✓ A empresa vencedora de itens da seleção deverá se antecipar, providenciando visto no CREA do estado de Goiás, objetivando a apresentação, no ato da MOBILIZAÇÃO, da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA no Estado, com o devido visto do profissional responsável nessa UF do objeto dos itens contratados, e as decorrentes ART derivadas, que porventura se fizeram necessárias;
- ✓ Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação, cadastro e habilitação parcial válidos no SICAF;
- ✓ Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- ✓ Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar;
- ✓ Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nesta especificação;
- ✓ Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração, bem como o atendimento da legislação ambiental vigente;
- ✓ Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato a fim de evitar desvio de função;
- ✓ No caso de consórcio, responder solidariamente pelos atos praticados tanto na fase da seleção quanto na execução do contrato;
- ✓ Notificar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação de serviços;
- ✓ Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- ✓ Executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade,
- ✓ Cumprir cada uma das normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho;
- ✓ Assegurar durante a execução dos trabalhos a proteção e conservação dos serviços executados;
- ✓ Executar, no prazo estabelecido pela equipe de acompanhamento e fiscalização, os reparos que se fizerem necessários nos serviços;
- ✓ Manter em campo o pessoal dimensionado na proposta para cada etapa, qualquer que seja a influência salarial do mercado de trabalho local, bem como os equipamentos previstos;

- ✓ Providenciar cartões de identificação para uso de todos os seus técnicos responsáveis por frentes de serviços, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso. O cartão deverá identificar a empresa, nome do funcionário e que estão a serviço do PETER/SEMAD;
- ✓ Enviar bimestralmente por e-mail e/ou no processo SEI resumo do cumprimento do cronograma para acompanhamento dos serviços, em arquivo de texto (ou planilha eletrônica), apresentando quantas são as frentes de trabalho em campo, na execução dos serviços contratados, e suas respectivas localizações – em coordenadas latitude e longitude.
- ✓ A falta do envio do quadro resumo para acompanhamento dos serviços como definido no item anterior, poderá acarretar o não faturamento das Notas Fiscais apresentadas pela contratada.
- ✓ Participar de reuniões programadas no PETER/SEMAD, para planejamento das etapas de trabalho, planejamento e definição dos padrões dos levantamentos de campo, bem como dos mapas finais.
- ✓ Levantar, organizar, sistematizar dados, bases e outros materiais disponíveis sobre a unidade de conservação;
- ✓ Identificar bases cartográficas oficiais e imagens de satélite compatíveis com a escala de trabalho a ser adotada;
- ✓ Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da seleção;
- ✓ Custear as despesas relacionadas a seguro para a equipe que realizar os trabalhos de campo, principalmente quem irá trabalhar na abertura de picadas, se necessário, levando em consideração o manusear de ferramentas de corte e trabalho em áreas com presença de animais peçonhentos.

9.2. Caberá ao PETER/SEMAD:

- ✓ Conceder a(s) autorizações para o desenvolvimento das atividades previstas na legislação, se necessário;
- ✓ Disponibilizar à Contratada todos os documentos existentes que possam contribuir com a elaboração dos trabalhos inerentes a esta Especificação;
- ✓ Examinar e avaliar os materiais apresentados pela Contratada, a fim de deliberar pela aprovação ou rejeição nula, parcial ou integral destes, baseando-se nas previsões desta especificação, nas cláusulas contratuais e/ou no Plano de Trabalho previamente aprovado;
- ✓ Apoiar a Contratada no desenvolvimento das atividades previstas nesta especificação, conforme solicitação realizada à Equipe de Planejamento;

- ✓ Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução dos serviços, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.

9.3. Caberá ao FUNBIO:

- ✓ Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- ✓ Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados;
- ✓ Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- ✓ Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;
- ✓ Não comercializar, sublicenciar, arrendar, alugar, ou de outro modo transferir ou ceder como produtos a terceiros as bases cartográficas, imagens e/ou ortofotos cedidas, ainda que processadas (Produto de Valor Agregado), exceto com a prévia autorização da empresa fornecedora

9.4. Premissas para a realização dos trabalhos

Dentre as premissas para elaboração trabalhos inerentes à presente Especificação, destacamos:

- ✓ Os trabalhos devem ser desenvolvidos em conformidade com o disposto nesta especificação e na legislação vigente;
- ✓ Para levantamentos cinemáticos de cursos d'água, se for o caso, deve-se levar em consideração por qual margem do rio o limite da unidade passa para compatibilizá-lo com o levantamento;
- ✓ Considerar os atributos e objetivos de criação da UC, de acordo com o SNUC e com seu ato legal de criação;
- ✓ Assegurar a participação das comunidades locais e grupos sociais relacionados às UCs com reconhecimento, valorização e respeito à diversidade social e cultural da população e aos seus sistemas de produção e organização social;
- ✓ Importante que a equipe contratada esteja atenta as características das comunidades locais e demais moradores da região, de forma que a linguagem seja compreendida por todos os presentes.
- ✓ Poderão ser realizadas reuniões (virtuais) entre a contratada e a contratante a fim de sanar dúvidas e alinhar entendimentos;
- ✓ Para aplicação das marcas nos produtos a serem apresentados, deverá ser verificada a orientação da Assessoria de Comunicação da SEMAD e FUNBIO;

- ✓ Todos os produtos previstos nesta Especificação serão revisados pela equipe do PETER/SEMAD e deverão ser corrigidos pela empresa contratada até a que a equipe do PETER/SEMAD os aprove.

10. HABILITAÇÃO

Esta Especificação tem como objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de georreferenciamento e topográficos, tais como medição, demarcação, utilização de sensoriamento remoto para implantação de vértices virtuais, implantação de marcos de orientação, confecção de plantas, memoriais descritivos, planilha de dados georreferenciados, além de outros itens que compõem o rol de peças técnicas do objeto a ser georreferenciado conforme orientações desta Especificação e em atendimento à Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais vigente, e demais normas atinentes ao tema.

A Pessoa Jurídica interessada na execução dos serviços desta especificação deve possuir experiência na elaboração de serviços topográficos e georreferenciamento, realizados seguindo as Normas Técnicas de Georreferenciamento de Imóveis Rurais do INCRA.

10.1. Da Empresa

Para fins de Habilitação Técnica, será considerada a capacidade da empresa conforme os critérios estabelecidos abaixo:

1) Em seu rol de experiências deve constar no mínimo 01 das listadas a seguir:

- ✓ georreferenciamento;
- ✓ cartografia / agrimensura;
- ✓ geodésia / topografia;
- ✓ geoprocessamento / geomática / sensoriamento remoto;

2) Experiência comprovada em georreferenciamento de imóveis rurais;

3) Experiência comprovada em levantamento de dados e interface com CAR e SIGEF;

4) Experiência comprovada na elaboração de mapas e Sistema de Informação Geográfica – SIG;

1.1) A comprovação será feita por meio de:

a) Comprovação de que o Proponente possui em seu quadro técnico responsável habilitado tecnicamente, credenciado pelo INCRA, em situação regular junto à entidade profissional competente (CREA).

b) Atestados de Capacidade Técnica para a comprovação das experiências, fornecido por pessoas jurídicas de direito público e privado, declarando ter prestado serviços compatíveis e pertinentes com o objeto de seleção.

A interessada deverá possuir equipe composta pelo menos com os seguintes profissionais especializados, com formação acadêmica de nível superior, enquadrados nos perfis a seguir:

10.2. Dos Responsáveis Técnicos

Durante a fase de comprovação de documentos as empresas interessadas deverão comprovar que possuem os responsáveis técnicos para cada item conforme disposto nesta Especificação, habilitado tecnicamente, credenciado pelo INCRA, em situação regular junto à entidade profissional competente (CREA), mediante apresentação de ART de Cargo e Função com comprovante de recolhimento de taxas por parte da Proponente, sendo que por orientação do CONFEA – o profissional da área de engenharia não deve assumir responsabilidade de mais de 03 (três) obras/serviços simultâneos, como também deverá apresentar currículo do efetivo técnico em conformidade com o projeto básico.

Toda a equipe de trabalho deverá ser coordenada por um profissional de nível superior, que trabalhará como coordenador geral e responsável técnico do serviço em campo e escritório. A formação, do coordenador geral, será comprovada por meio da apresentação de cópia do diploma ou certificado reconhecido pelo Ministério da Educação.

A experiência dos profissionais deverá ser comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica (declaração, contrato ou certidão), fornecido por pessoas jurídicas de direito público e privado, declarando ter prestado serviços compatíveis e pertinentes com o objeto de seleção, e deve seguir as especificações da tabela 2 a seguir.

Tabela 2- Capacidade técnica da Contratada

	Formação (áreas afins)	Experiência profissional	Requisito profissional
Coordenador geral	Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Arquitetos e Urbanistas, Geógrafos e Tecnólogos, que tenham em sua grade curricular disciplinas e conteúdos formativos estabelecidos pela PL 2087/2004.	03 (três) trabalhos relacionados com a demarcação ou georreferenciamento de imóveis ou assentamentos rurais ou Unidades de Conservação.	Curso superior, registro no CREA, credenciamento (cadastro técnico) no INCRA.
Agrimensor/ Topógrafo	Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos,	02 (dois) trabalhos relacionados com a demarcação e	Curso superior, Técnico ou Tecnólogo, registro no CREA,

	Arquitetos e Urbanistas, Tecnólogos e Técnicos nestas modalidades, que tenham em sua grade curricular disciplinas e conteúdos formativos estabelecidos pela PL 2087/2004.	georreferenciamento de imóveis ou assentamentos rurais ou Unidades de Conservação.	credenciamento (cadastro técnico) no INCRA.
Especialista em SIG/ Geoprocessamento	Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Arquitetos e Urbanistas, Geógrafos, Tecnólogos e Técnico, ou áreas afins.	02 (dois) trabalhos relacionados com Sistemas de Informação Geográfica (SIG), georreferenciamento de imóveis ou assentamentos rurais ou Unidades de Conservação.	Curso superior e registro no CREA. Pós-Graduação em Geoprocessamento, ou Georreferenciamento de Imóveis Rurais, ou áreas afins, exceto para Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos.
Auxiliar	Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Arquitetos e Urbanistas, Tecnólogos e Técnicos nestas modalidades, que tenham em sua grade curricular disciplinas e conteúdos formativos estabelecidos pela PL 2087/2004.	01 (um) trabalho relacionado com a demarcação e georreferenciamento de imóveis ou assentamentos rurais ou Unidades de Conservação.	Curso superior, Técnico ou Tecnólogo, registro no CREA, credenciamento (cadastro técnico) no INCRA.

AS COMPROVAÇÕES DEVERÃO SER ORGANIZADAS EM PASTAS POR PROFISSIONAL COM LEGENDA QUE PERMITA IDENTIFICAR OS COMPROVANTES. AS COMPROVAÇÕES DA EMPRESA DEVERÃO ESTAR EM PASTA SEPARADA DOS COMPROVANTES DOS PROFISSIONAIS, COM TODOS OS DOCUMENTOS NOMEADOS.

Para os profissionais que não se enquadram nas profissões citadas, mas possuem formação nas áreas previstas na PL 2087/2004 do CONFEA (Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Civil, Engenheiro de Fortificação e Construção, Engenheiro Florestal, Engenheiro Geólogo, Engenheiro de Petróleo, Arquiteto e Urbanista, Engenheiro de Minas, Engenheiro Agrícola, Geógrafo, Geólogo, Tecnólogo ou Técnico de áreas afins), podem obter uma extensão de suas atribuições por meio de cursos lato-sensu para nível superior, de georreferenciamento de imóveis rurais ou que tenham cursado os seguintes conteúdos formativos: a) Topografia aplicada ao georreferenciamento; b) Cartografia; c) Sistemas de referência; d) Projeções cartográficas; e) Ajustamentos; f) Métodos e medidas de posicionamento geodésico.

Devem, para isso, requerer, junto ao CREA, a referida anotação e averbação das atribuições. Após a conclusão do curso de extensão e a devida anotação junto ao CREA, o mesmo emitirá uma declaração de extensão das atribuições profissionais e, de posse desta, o profissional poderá solicitar o seu credenciamento junto ao INCRA.

11. PROPOSTA COMERCIAL

Na proposta comercial deverão ser apresentadas obrigatoriamente planilhas descritivas dos custos, contendo o seguinte detalhamento:

- a) Remuneração dos profissionais, técnicos e mão de obra geral;
- b) Deslocamento e Viagens: despesas envolvidas por item, especificação, quantidade, número de meses, valor unitário e valor total;
- c) Material de consumo: item, quantidade, valor unitário e valor total;
- d) Outros Custos Diretos (para o período do contrato): despesas envolvidas por item, quantidade, número de meses, valor unitário e valor total;
- e) Despesas administrativas: especificar cada item que o compõe e valor;
- f) Impostos e tributos: somatório de alíquotas e valor total;
- g) Lucro: percentual, valor;
- h) Custo total da proposta: síntese dos custos de cada planilha descritiva.

A empresa poderá incluir outros componentes/itens nas planilhas acima, bem como inserir outras planilhas, se julgar pertinente.

Não poderá ser apresentada compra de equipamentos para realização dos serviços, pois estes são considerados materiais permanentes da proponente. Deverá ser apresentada um quadro demonstrativo de aparelhos e equipamentos indicando o modelo e estado de conservação, sobre a disponibilidade para realização do objeto contratado.

AS EMPRESAS QUE NÃO APRESENTAREM TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTA ESPECIFICAÇÃO SERÃO ELIMINADAS. DENTRE AS EMPRESAS NÃO ELIMINADAS, AQUELA QUE APRESENTAR O MENOR PREÇO SERÁ SELECIONADA.

12. ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS

A equipe responsável pela análise e aprovação dos produtos entregues pelo contratado para execução do serviço a que se refere esta Especificação será a Equipe de Planejamento instituída pelo Órgão Gestor, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas, além de acompanhar e participar de todas as etapas do processo de georreferenciamento dos limites do Parque Estadual de Terra Ronca.

Quaisquer modificações no escopo do trabalho ou nos prazos de entrega deverão ser previamente aprovadas pela Equipe de Planejamento, assim como devem passar pela anuência do Funbio enquanto Contratante.